



Esta obra possui uma Licença

Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional

Submissão: 28/06/2024 | Aprovação: 13/11/2024



<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/16527>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v18i31.16527>

Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | V. 18 | N. 31 | Jul-Dez, 2024, pp. 149-170



## O PÊNDULO AUTOCRÁTICO-DEMOCRÁTICO NA SOCIOLOGIA DE FLORESTAN FERNANDES

*THE AUTOCRATIC-DEMOCRATIC PENDULUM IN THE SOCIOLOGY OF FLORESTAN FERNANDES*

Elson dos Santos GOMES JUNIOR<sup>1</sup>    
Instituto Federal Fluminense - IFF (Brasil)

**Resumo:** O presente trabalho apresenta a crítica de Florestan Fernandes a respeito da relação entre Estado autocrático-burguês e democracia no Brasil. Para o sociólogo paulista, a história republicana encontra-se entre extremos, sendo um ideal e outro real. No primeiro, o ideal democrático tem servido como engodo civilizatório, principalmente, após momentos de acentuado extremismo civil-militar. No segundo, a autocracia se manifesta mediante uma sociedade conservadora, reacionária e fechada para inclusão social do povo no exercício efetivo das conquistas da modernidade burguesa. A metodologia empregada é de cunho qualitativo-bibliográfico e se detém nas obras que discutem os conceitos de revolução burguesa, autocracia e democracia. Os resultados apontam a existência de uma constante autoritária que, para não romper os laços de dependência em relação ao capitalismo e aos modelos institucionais modernos dos países centrais, arrefece do mais extremo radicalismo por meio de uma ideologia democrática que se efetiva apenas para estratos privilegiados.

**Palavras-chave:** Autocracia. Democracia. Autoritarismo. Capitalismo dependente. Ideologia.

**Abstract:** *This paper presents Florestan Fernandes' critique of the relationship between the autocratic-bourgeois state and democracy in Brazil. For the sociologist from São Paulo, republican history lies between extremes, one ideal and the other real. In the first, the democratic ideal has served as a civilizing lure, especially after moments of marked civil-military extremism. In the second, autocracy manifests itself through a conservative, reactionary society that is closed to the social inclusion of the people in the effective exercise of the achievements of bourgeois modernity. The methodology used is of a qualitative-bibliographic nature and focuses on works that discuss the concepts of bourgeois revolution, autocracy and democracy. The results point to the existence of an authoritarian constant that, in order not to break the bonds of dependence on capitalism and the modern institutional models of central countries, cools down from the most extreme radicalism through a democratic ideology that is effective only for privileged strata.*

**Keywords:** Autocracy. Democracy. Authoritarianism. Dependent capitalism. Ideology.

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Sociais, Mestre e Doutorando em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF. Professor EBTT - Sociologia, do Instituto Federal Fluminense - IFF. E-mail: [elsonuenf@yahoo.com.br](mailto:elsonuenf@yahoo.com.br)

## INTRODUÇÃO

Florestan Fernandes (1920-1995) desponta como um dos grandes nomes da teoria social brasileira e possui em sua vasta obra uma série de contribuições que cobre diversas temáticas, entre as quais, a educação (Fernandes, 1966; 1989), a antropologia (Fernandes, 1963; 2006a) e a questão racial (Fernandes, 2007a; 2008a). Além destas, possui reflexões de fôlego sobre a revolução burguesa no Brasil, a autocracia e a democracia (Fernandes, 1979a; 2005; 2010; 2011). Nestas, sua sociologia aponta para uma “conhecida inclinação” das classes burguesas oriundas de países de passado colonial, escravocrata e de capitalismo dependente, caracterizada pela oscilação que vai de um “[...] liberalismo retórico até posições mais ou menos conservadoras e reacionárias” (Fernandes, 2006b, p.167).

A experiência do último período ditatorial – inaugurado com o golpe civil-militar instaurado em 1964 e que perdurou até 1985 –, segundo Florestan, além de manter os militares como o “quarto” poder da “Nova República”, fez-se de forma “transada”, assegurando a famosa fórmula conciliadora dos políticos conservadores: a transição “lenta gradual e segura” (Fernandes, 2006b). Neste processo, a sociedade civil invertida em uma Constituinte que, ao fim e ao cabo, estabeleceu a maioria dos interesses políticos dos setores elitistas, em detrimento de uma ínfima porção dos interesses da maioria da população, principalmente, das classes trabalhadoras.

Neste quadro, a democracia experimentada pela história republicana brasileira foi sempre marcada por movimentos pendulares manifestados por meio de uma fachada retórica e institucional que, para a maioria da população, não se efetivou historicamente (Fernandes, 2010; 2011). Assim, a democracia, quando pensada como experiência cívica da população brasileira, jamais pode ser tomada como uma instituição falida, roubada ou em declínio, justamente, pelo fato de nunca ter se efetivado com o vigor e o “radicalismo” com que se fez em diversos países de capitalismo avançado.

Isso evidencia que temos padecido de uma burguesia articulada duplamente que, além de reforçar os laços de dependência com o capital monopolista, atua internamente a partir de sua patológica aversão à mudança. Nesta relação, os custos da revolução democrática dentro da ordem – que não foi realizada pelas burguesias nativas –, se transformaram em custos sociais pagos mediante a superexploração da força de trabalho (Fernandes, 2006b; 2008b; 2011). Neste sentido, a ideologia meritocrática é reificada de tempos em tempos sem, com isso, considerar as heranças dos estratos elitistas – culturais e econômicas –, que naturalizam a marginalidade e as fissuras sociais por meio da culpabilização dos “miseráveis da terra”.

Temos, assim, uma história democrática interpretada pela sociologia crítica de Florestan que evidencia o pêndulo manifesto diversas vezes em nossa memória republicana, sendo este, marcadamente autocrático-democrático. Visando demonstrá-lo, nos pautaremos metodologicamente nas obras que privilegiam os temas da revolução burguesa, autocracia e democracia, tecendo uma leitura sintética das experiências oscilantes entre o ideal democrático e a efetividade histórica – autocrática na maioria de nossa história –, segundo o sociólogo paulista. O percurso explicativo seguirá (I) uma discussão panorâmica de nossa revolução burguesa considerando, para isso, os condicionantes sócio-históricas do capitalismo dependente, (II) a dimensão autocrática de nossa experiência política – mesmo em períodos denominados de democráticos – e, por último, (III), a interpretação do período democrático pós-regime civil-militar (1964-1985), como uma experiência política ritualizada e excludente por meio da intensa atuação dos estratos conservadores e elitistas.

## A REVOLUÇÃO BURGUESA NO CAPITALISMO DEPENDENTE

Para Florestan, o conceito de “capitalismo dependente” pode ser sintetizado na ausência de “autonomia”, ou seja, nas limitações impostas ao nível “estrutural”, como também, pelas escolhas do projeto social da burguesia nos países de capitalismo tardio. Essa abordagem, antes mesmo de seu trabalho mais importante a respeito do tema (Fernandes, 2005), encontra-se preanunciado em seu texto sobre o subdesenvolvimento (Fernandes, 2008c). Nele o Brasil é interpretado como uma sociedade moderna que, no entanto, manifesta tal face nos estratos sociais de poder que, por isso, conseguem efetivar historicamente os avanços da modernidade burguesa.

Florestan aponta que a formação social brasileira foi marcada por alguns fatores, entre os quais, a origem colonial e o transplante do regime estamental – baseado na “[...] grande plantação, trabalho escravo e expropriação colonial” – e a independência política sem mudança estrutural – autonomia política sem equivalente no nível econômico. No primeiro evidenciou a relação direta entre a formação e reprodução das classes dirigentes e a posse dos requisitos materiais de distinção. Segundo Silva (2011, p.128), diante de tais condicionantes, o desenvolvimento do capitalismo na periferia se caracterizou pela preponderância da “via prussiana”, sendo este um “[...] tipo de aliança conservadora que levava ao andamento controlado das mudanças para evitar a ruptura com o passado”. No segundo, salientou que “os laços coloniais apenas mudaram de caráter e sofreram uma transferência: deixaram de ser jurídico-políticos para se secularizarem e se tornarem puramente econômicos [...]” (Fernandes, 2008c, p.24).

Esse quadro configurou uma relação de “[...] contradição entre o ‘ideal’ e o ‘possível, entre aquilo que o homem aspira, por causa do conteúdo e organização de seu horizonte cultural, e aquilo que ele *realiza*, na prática” (Fernandes, 2008c, p.28). Portanto, neste trabalho, Florestan demonstrou – através do processo de formação social brasileiro – as tensões entre os modelos institucionais adotados e a permanência de grandes desigualdades que se manifestam por meio de “[...] um duplo dimensionamento do mercado, que adquire uma estrutura capitalista ‘interna’ e ‘externa’ através da atividade do polo hegemônico externo e de sua influência dinâmica na organização, diferenciação e expansão de uma economia de consumo, controlada de fora” (Fernandes, 2008c, p.34).

De modo geral, essa seria a base de caracterização do capitalismo dependente que, neste momento, não é percebido por Florestan como condição definitiva<sup>2</sup>, mas sim, mediante um conjunto de ações abortadas pelas classes dirigentes que, desta forma, não realizam o “salto histórico”. Nestes termos, a superação do subdesenvolvimento está condicionada as estratégias, em termos de absorção da modernidade capitalista, utilizadas e implementadas no processo de integração econômica global; sendo esta a escala que gradativamente Florestan conduziu suas análises, principalmente, através da superação de dualismos (Reis, 2007), ao passo que clarificou, também, sua conceituação do capitalismo (Silva, 2022). Assim, considerando “[...] o modo pelo qual as sociedades subdesenvolvidas reagem à absorção do capitalismo”, Florestan considerou que:

Se a emancipação política corresponder a alguma autonomização real e definitiva do controle interno do excedente econômico [...], se os recursos naturais existentes, o comércio e, eventualmente, a indústria e os bancos puderem ser explorados por firmas autóctones [...], se as perspectivas de urbanização relativamente acelerada fomentarem a difusão de novos padrões de vida, de trabalho e de consumo, estimulando a diferenciação da produção interna e a paulatina constituição de um mercado interno, diferenciado do mercado externo e mais ou menos independente de seus controles diretos; se as camadas dominantes nativas e suas elites dirigentes utilizarem o Estado nacional e seus meios de dominação política para transformar a expansão interna do capitalismo em favor da integração da economia nacional – a absorção de técnicas, instituições e valores capitalistas impõe-se, de maneira espontânea, como uma alternativa economicamente viável, politicamente desejável e socialmente construtiva (Fernandes, 2008c, p.34).

Portanto, enquanto visualizava o subdesenvolvimento como condicionamento histórico resultante, também, de forças dirigentes internas, Florestan apontou para um conjunto de requisitos que acreditava ser suficiente, se não para alcançar a autonomia, ao menos, conquistar uma “posição intermediária” entre a autonomia e o subdesenvolvimento. Além disso, apesar de considerar a

<sup>2</sup> Ele fala de “capitalismos” e de “gradações” históricas que remetem as especificidades do capitalismo pelo mundo. Ver Fernandes (2008c, p.33).

instância econômica como cerne da ordem burguesa entende que, para a superação do subdesenvolvimento, faz-se necessário o estabelecimento de requisitos “estruturais” e “dinâmicos” para “[...] engendrar processos de automatização econômica, sociocultural e política, no nível do padrão de integração, funcionamento e desenvolvimento da ordem social competitiva [...]”. Assim, sem o desenvolvimento destes requisitos, qualquer sociedade subdesenvolvida, segue Florestan, “[...] ficará condenada ao destino histórico inerente ao capitalismo dependente [...]” (Fernandes, 2008c, p.35).

O processo de autonomização foi definido de maneira ampla por Florestan como um “[...] processo social, porque não possui apenas caráter econômico: ela lança raízes nas maneiras pelas quais os homens misturam motivos políticos, religiosos e morais como motivos propriamente econômicos”. Neste sentido, a burguesia, enquanto agente humano da modernidade dependente, tem o papel de relacionar “[...] a superação de um destino social ‘negativo’ [...] com disposições e ações fundamentalmente políticas, suscetíveis de mudar estruturas de poder nas relações entre sociedades globais (Fernandes, 2008c, p.42).

Contudo, essa não foi uma tendência que vigorou de forma preponderante, uma vez que a Revolução Burguesa no capitalismo dependente tendeu para os interesses de classe, como estratégia de conservação do *status quo*. Nestes termos, afirma Sampaio JR (1999, p.131), “para Florestan Fernandes o capitalismo dependente é produto de uma situação histórica em que o destino da sociedade fica submetido aos desígnios de burguesias que são incapazes de conciliar desenvolvimento econômico, soberania nacional e democracia”, evidenciando o dilema “entre a nação e a barbárie”.

Para Maestri (1997, p.5) essa tensão culminou no fortalecimento do conservadorismo, uma vez que “o caráter inconcluso da revolução burguesa comprometeria a posterior transição da economia capitalista competitiva para a economia capitalista monopolista [...]”. Neste quadro, a disposição em termos de relações internas e externas, segue o autor, obrigaria que “[...] as ditas elites nacionais integrassem a nação à nova ordem internacional em forma dependente”, ou seja, transplantando, no máximo, essa forma de capitalismo. Portanto:

No contexto da assimilação consciente da dupla articulação – a desigualdade interna e da dominação imperialista – a burguesia brasileira abandonava a antiga utopia burguesa de revolução nacional, assumindo um caráter francamente conservador. Nesse contexto, a revolução burguesa metamorfoseava-se em contra-revolução, aceitando a subordinação ao “imperialismo total”. O novo caráter conservador da burguesia nacional não era uma herança do passado patrimonialista, estamental e escravista. Era expressão de sua própria essência dependente (Maestri, 1997, p.88).

Florestan esclarece que não existem vínculos formais de dependência, mas sim, que estes também resultam de escolhas dos agentes sociais. Formam-se assim relações sociais que, em conjunto com a lógica econômica, engendram perspectivas éticas, morais e políticas que buscam manter as condições favoráveis as classes hegemônicas. Com isso, “[...] o agente humano, colocado na polarização socioeconômica dependente, encarrega-se de resguardar, de manter e de fortalecer os vínculos de dependência, ativamente ou por omissão” (Fernandes, 2008c, p.41). Neste quadro clarifica-se que:

Sem dúvida, o subdesenvolvimento é um negócio, para os que tiram proveito dele através do capitalismo dependente (dentro ou fora da “sociedade subdesenvolvida”). Todavia, o rompimento desse estado não é um negócio (senão sob aspectos pouco consideráveis): e envolve decisões morais e políticas que, de início e a curto prazo, parecem decididamente antieconômicas. Por isso, se o sociólogo quiser ir ao fundo das coisas, ele terá de investigar a resistência às mudanças e o incentivo às inovações nos planos estruturais e funcionais mais profundos da organização da sociedade global (Fernandes, 2008c, p.54).

Neste sentido, as transformações institucionais no Brasil foram interpretadas por Florestan como mudanças com continuidades – “Abolição”, “Proclamação da República”, “a era senhorial”, “a era burguesa” –, ou seja, a “[...] transição que inaugurava [...] uma recomposição das estruturas de poder, pela qual se configurariam, historicamente, o poder burguês e a dominação burguesa”. Embora esta última seja reconhecida como o marco da modernidade brasileira, esta linha interpretativa busca salientar os fatores comportamentais de classe e suas consequências sociais demonstrando que, ao contrário de caracterizar o Brasil como uma sociedade patrimonialista, Florestan concebeu a modernidade no capitalismo dependente a partir dos dinamismos entre as classes dirigentes, as limitações deste tipo de capitalismo e as tendências restritivas de suas burguesias (Fernandes, 2005, p.238-239).

Assim, “[...] uma burguesia que se vê compelida, historicamente, a congelar a expansão da ordem social competitiva, reduzindo ao mínimo o seu próprio impulso para manobras e barganhas estratégicas (nas relações internas e externas, de acomodação ou de conflito)”, não deve ser encarada como uma burguesia “inviável”, “irracional e irresponsável”, mas sim, como o que “[...] seria um fator específico de sua própria orientação ultraconservadora e reacionária” (Fernandes, 2005, p.249-250).

Sua busca pela manutenção e ampliação de privilégios de classe se apresenta como uma estratégia, demonstrando que sua gramática política possui objetivos claros e específicos para formar – mesmo que através de lentas mudanças institucionais e sociais – o que Rosa (2004, p.166) chamou

de “sistema social conservador” e Ricupero (2008, p.199), considerando “[...] a solidariedade de classes, a partir do Estado”, de “unidade conservadora”.

Florestan afirma que sob a égide do capitalismo monopolista as “elites das classes médias e altas”, ao invés de se voltarem contra o “perigo estrangeiro” ou o “imperialismo econômico”, preferiram construir um “inimigo” interno que, nestes termos, deveria ocupar o centro dos impeditivos para o desenvolvimento nacional. Na dinâmica do conservadorismo de classe, esse inimigo não poderia ser outro senão a classe trabalhadora que, ao obter qualquer avanço qualitativo-quantitativo, estaria necessariamente colocando em risco a estabilidade social. Portanto:

Em tal contexto, o pânico econômico forçou o aparecimento e o agravamento de atitudes de classe, fortemente agressivas, nascidas de uma frustração crônica e de medo reativo, os quais contribuíram para projetar a agressão para fora de *nossa classe*. A *classe dos outros*, no caso, tinha de ser forçosamente o proletariado (e, confusamente, a congêrie das massas trabalhadoras e destituídas) que surge como *inimigo natural* e o *alvo* dessa agressão autodefensiva. Como a *classe dos outros* não era a fonte real do estado de pânico, ela funcionou apenas como “bode expiatório” e como foco de referência para a atualização de processos elementares de solidariedade de classe (Fernandes, 2005, p.310).

Portanto, a dinâmica das classes se dá, segundo Florestan, na busca pela manutenção dos privilégios que, pelas condições específicas do capitalismo dependente, direcionam o protagonismo das classes dirigentes internas para o campo político – sem perder de vista a perpetuação de condições sociais econômicas. Neste quadro, a luta é pela apropriação do aparelho do Estado como meio de manter ações restritivas, conservantistas e egoístas, de modo que o *status quo* possa ser perpetuado (Fernandes, 2000; 2005; 2008c).

Isso não significa que as classes trabalhadoras e populares assistam a todo processo passivamente, mas sim, que a legitimidade burguesa na periferia do capital, associada ao poder socioeconômico das classes dirigentes, direcionam seu “medo reativo” para as camadas populares e para a classe trabalhadora. Dessa forma, Florestan aponta para a consolidação de uma sociedade que operacionaliza a democracia e a violência como experimentos históricos de classe e, portanto, com endereços designados para estratos diferenciados.

Isso explica o que chamou de democracia (ultra) conservadora, ou seja, a legitimidade da violência como estratégia última de manutenção dos interesses de classe da elite nacional e dos estratos médios que a corroboram (Fernandes, 2005). Portanto, a “questão central reside na reprodução de um tipo de regime de classes [...]”, composto de assimetrias sociais e de estreito controle do circuito político (Sampaio JR, 1999, p.131).

A revolução burguesa nos países de capitalismo tardio, considerando o supracitado, manifesta tanto limitações estruturais, quanto, político-econômicas, uma vez que as burguesias preferiam a acomodação “interna” através da apropriação do aparelho de Estado e, por outro lado, a submissão “externa”, diante do capitalismo monopolista. Com isso, a revolução burguesa se fez de maneira limitada, uma vez que as revoluções “dentro da ordem”, ou seja, de aprofundamento da modernidade burguesa, não foram realizadas.

Diante disso, a democracia ritualística e restrita se fez fundamental, principalmente, como forma de minar qualquer possibilidade de realização destas “revoluções” pelas classes trabalhadoras. Portanto, diante desta conformação social, econômica e política, qualquer alteração histórica com possibilidade de efetivação democrática e de direitos para a massa trabalhadora, afirma Florestan, movimenta a “engrenagem reacionária” (Fernandes, 1991, p.39), em um movimento pendular que se manifesta de maneira autoritária, autocrática.

## AUTOCRACIA OU PRIMEIRO MOVIMENTO PENDULAR

154

Segundo Maciel (2010, p. 103), “ao longo de duas décadas Florestan Fernandes marcou sua intervenção no debate político e acadêmico com uma interpretação particular da sociedade brasileira desenvolvendo a teoria da autocracia burguesa [...]”. Assim, na terceira parte de “*A Revolução Burguesa no Brasil*”, Florestan apresenta a dinâmica de classes considerando como mais importante a abordagem da “[...] relação entre transformação capitalista e dominação burguesa nos países periféricos de economia capitalista dependente e subdesenvolvida” (Fernandes, 2005, p.338).

Nesta relação, afirma o sociólogo paulista, tudo que contribui para “[...] intensificar ou acelerar o desenvolvimento capitalista entra em conflito, nas orientações de valor menos que nos comportamentos concretos das classes possuidoras e burguesas, com qualquer evolução democrática da ordem social” (Fernandes, 2005, p.340)<sup>3</sup>.

Com isso, suas análises caminharam para alguns postulados, entre os quais, o de que o subdesenvolvimento não seria um estágio passageiro, mas sim, uma condição perpetuada por uma forma de “[...] dissociação *pragmática* entre desenvolvimento capitalista e democracia; ou, usando-se uma notação sociológica positiva, uma forte associação *racional* entre desenvolvimento capitalista

<sup>3</sup> Ianni (2004, p.2011-220) fala das “formas históricas do Estado brasileiro” como sendo, nelas todas, manifestações autoritárias. Assim, o período monárquico caracterizou-se pela existência do “poder moderador”, a Primeira República pelo “Estado oligárquico”, A “Revolução de 30” pelo pacto agrário industrial mediado pelo populismo e, por último, o golpe civil-militar de 1964 e a instituição do militarismo. De modo geral, a característica que persiste é a exclusão do povo.

e autocracia”. Como consequência, entende-se que tal aparato “[...] restringe aos membros das classes possuidoras que se qualifiquem, econômica, social e politicamente, para o exercício da dominação burguesa” (idem). Tanto Silva (2020) quanto Costa (2010), entendem que a revolução burguesa no Brasil se desenvolveu pela via autoritária, onde este último afirma que o que Florestan chama de:

[...] “revolução burguesa no Brasil” se caracteriza, em oposição ao modelo de revolução democrático-burguês, como um processo essencialmente autocrático, antidemocrático, anti-social e antinacional, desembocando na demagogia populista, na ditadura militar a céu aberto e na versão periférica da “democracia forte”, baseada na combinação de mecanismos institucionais modernos, na cooptação e práticas políticas arcaicas, do mandonismo tradicional, do clientelismo fisiologismo partidários. É fundamental em Florestan Fernandes, na construção de sua noção de capitalismo dependente, a focalização das diferenças existentes entre os modelos clássicos de revolução burguesa, representados pela Inglaterra, França e Estados Unidos, os casos típicos (Alemanha e Japão) e os países de origem colonial. [...] os nexos coloniais foram sendo remodelados e redefinidos em conformidade com as novas situações históricas, prolongando-se pelas etapas do neocolonialismo, do capitalismo monopolista e oligopolista da era atual (Costa, 2010, p.53-54).

Como segundo postulado, Florestan afirma que o imperialismo não é totalmente responsável pela inibição econômica, principalmente, pelo fato de que a relação é “dual”, ou seja, o capitalismo monopolista impõe suas condições, no entanto, os benefícios dessa relação são apropriados pelas classes dirigentes e pelas burguesias nativas enquanto os custos são socializados. Mesmo que “a extrema concentração social da riqueza, a drenagem para fora de grande parte do excedente econômico nacional, a consequente persistência de formas pré ou subcapitalistas de trabalho e a depressão medular do valor do trabalho assalariado [...]” sejam elementos constantes, a dinâmica interna de classes possui parcela significativa na reprodução de tais condições. Por isso, considerando as imposições estruturais ao nível econômico, “[...] o capitalismo dependente e subdesenvolvido é um capitalismo selvagem e difícil, cuja viabilidade se decide, com frequência, por meios políticos e no terreno político” (Fernandes, 2005, p.341).

Assim o elemento político ganha protagonismo como forma de assegurar a manutenção das estruturas de dominação de classe, ou seja, “[...] não estamos na era das burguesias conquistadoras” o que sugere que, tanto nos países centrais quanto na periferia, o real interesse das classes burguesas encontra-se em “[...] *manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriore*”<sup>4</sup> (Fernandes, 2005, p.343). Essa burguesia do capitalismo dependente se caracteriza por deter:

<sup>4</sup> Grifos do autor.

[...] um forte poder econômico social e político, de base e de alcance nacionais; possuem o controle da maquinaria do Estado nacional; e contam com suporte externo para modernizar as formas de socialização, de cooptação, de opressão ou de repressão inerentes à dominação burguesa. Torna-se, assim, muito difícil desloca-las politicamente através de pressões e conflitos mantidos “dentro da ordem”; e é quase impraticável usar o espaço político, assegurado pela ordem legal, para fazer explodir as contradições de classe, agravadas sob as referidas circunstâncias. O “retardamento” da Revolução Burguesa, na parte dependente e subdesenvolvida da periferia, adquire assim uma conotação política especial. A burguesia não está só lutando, aí, para consolidar vantagens de classe relativas ou para manter privilégios de classe. Ela luta, simultaneamente, por sua sobrevivência e pela sobrevivência do capitalismo (Fernandes, 2005, p.244-245).

Essas condições – que segundo Florestan foram criadas pela própria burguesia através do capitalismo dependente –, engendram um divórcio entre a “ideologia” e a “utopia” burguesas e a “realidade criada pela dominação burguesa”. Assim, com um horizonte reduzido – além de todo conteúdo de exclusivismo e egoísmo de classe citado em passagens anteriores –, faz uso indiscriminado de estratégias escusas, principalmente, através de “[...] sua inflexibilidade e a sua decisão para empregar a violência institucionalizada na defesa dos *interesses materiais privados*, de *fins políticos particularistas* [...]”. Dessa forma, agindo através de medidas desesperadas de autopreservação, lança-se, muitas vezes, “[...] com coragem de identificar-se com formas autocráticas de defesa e de autoprivilegiamento. O ‘nacionalismo burguês’ enceta assim um último grito, fundindo a república parlamentar com o fascismo” (Fernandes, 2005, p.345).

Considerando o golpe civil-militar instaurado em 1964 e os acontecimentos de 1968 – com a instituição do Ato Institucional n.º 5 –, Florestan entende que o exclusivismo de classe burguês, além do Estado, se espalhou pela sociedade e angariou apoio, mesmo considerando o avesso democrático e humanista. Neste quadro, considera importante não “[...] isolar a sublevação militar de uma dominação de classe arraigadamente egoística, ultraconservadora e tão antidemocrática quanto antinacional” (Fernandes, 1978, p.202). Com isso, a experiência histórica brasileira demonstrou exemplarmente a possibilidade de coexistência entre o capitalismo e a ditadura, colocando os interesses de classe como um “[...] *poder burguês* em sua manifestação histórica mais extrema, brutal e reveladora, a qual se tornou possível e necessário graças ao seu estado de paroxismo político” (Fernandes, 2005, p.346).

Essa lógica manifesta uma forma de racionalidade da burguesia no capitalismo dependente que, através de uma “revolução nacional” limitada pelos interesses de classe, busca, no fundo, perpetuar a “polarização conservadora”. Essa dinâmica é “[...] dimensionada pela infausta conjugação orgânica de desenvolvimento desigual interno e dominação imperialista externa” (Fernandes, 2005,

p.349-50)<sup>5</sup>. Assim, a dimensão autocrática, depois da expansão da ordem social competitiva, da industrialização e das transformações necessárias para manutenção das exigências integrativas ao capitalismo global, se espraia para outro campo, ou seja:

Essa é a base política da continuidade da transformação capitalista, e dela podem resultar, indiretamente e a longo prazo, consequências mais ou menos úteis para as demais classes e universais quanto aos dinamismos da comunidade nacional. [...] O fato de a revolução nacional estabelecer-se segundo semelhante circuito fechado não invalida nem limita o significado estrutural, funcional e histórico que ela deveria ter e tem para as classes burguesas. O problema crucial, para estas, é a integração nacional de uma economia capitalista em diferenciação e em crescimento, sob as condições e os efeitos inerentes à dupla articulação (Fernandes, 2005, p.351).

Florestan não nega a revolução burguesa e as transformações que caracterizam o processo de modernização, no entanto, enfatiza a dimensão classista dessas transformações. Por isso, seu conceito de “circuito fechado”, não estabelece que as sociedades de capitalismo dependente – ou o Brasil, que toma como cerne analítico – sejam estamentais, patrimonialistas ou atrasadas, mas sim, que, além das limitações estruturais, existe uma atuação de classe que perpetua a posse das oportunidades de plenitude social, cultural, econômica e política (Mandarino, p.79, 2012).

Segundo Chagas (2011, p.92), isso caracteriza a autocracia e sua manutenção que, desta forma, “[...] seriam o resultado de uma dada mentalidade que visa preservar a concentração de poder, riqueza e privilégios, por ‘entender’ que os destinos particulares destes burgueses representam o próprio destino da nação”. Por isso, Florestan afirma que o:

[...] capitalismo na periferia é incompatível com a universalidade dos direitos humanos: ela desemboca em uma democracia restrita e em um estado autocrático-burguês, pelos quais a transformação capitalista se completa apenas em benefício de uma reduzida minoria privilegiada e dos interesses estrangeiros com os quais ela se articula institucionalmente (Fernandes, 1978, p.202).

A tensão entre as classes, neste sentido, se mostra em elevado nível de hostilidade, tanto que a condição de “não gente” (Fernandes, 2008a) não é tomada por Florestan como uma forma de imobilismo diante da modernidade, mas sim, que esta manifesta a capacidade de retornar ao “passado remoto”. Dessa forma, seria como se “[...] os mundos das classes socialmente antagônicas fossem os mundos de ‘nações’ distintas, reciprocamente fechados e hostis, uma implacável guerra civil latente”.

Assim, essa forma de dominação burguesa articula a preservação e o fortalecimento das “[...] condições econômicas, socioculturais e políticas através dos quais ela pode manter-se, renovar-se e

<sup>5</sup> Sobre alguns dos importantes conceitos empregados por Florestan ver Maciel (2010, p.105).

revigorar-se [...]”. Também, busca ampliar e aprofundar “[...] a incorporação estrutural e dinâmica da economia brasileira no mercado, no sistema de produção e no sistema de financiamento das nações capitalistas hegemônicas e da ‘comunidade internacional de negócios’ [...]”. Além disso, “[...] ela visa preservar, alargar e unificar os controles diretos e indiretos da máquina do Estado pelas classes burguesas, de maneira a elevar ao máximo a fluidez entre o poder político estatal e a própria dominação burguesa” (Fernandes, 2005, p.354).

Portanto, a autocracia, longe de manifestar-se de maneira pura como salientou Stoppino (1998, p.379), ou seja, como uma forma de poder “absoluto”, na modernidade burguesa, impõe-se como uma das instâncias do conservadorismo de classe que, nessa perspectiva, torna-se um conceito histórico e operacional em termos sócio-políticos. Nesta definição, entende-se que a “[...] unidade no bloco de classe adquire um teor altamente conservador, que se pode polarizar, facilmente, em torno da orientação de valor e de comportamento reacionários ou, até, profundamente reacionários” (Fernandes, 2005, p.355).

Este quadro autoritário foi elaborado por Florestan na década de 1970 – ao tratar da situação da América Latina e dos regimes ditatoriais –, nele as classes conservadoras responderam às ideias socialistas e forças progressistas com movimentos de “endurecimento político” e, por vezes “[...] a militarização do Estado, com a transformação do presidencialismo autoritário e das ditaduras tradicionais em formas dissimuladas de fascismo ou parafascismo”. Esse ‘estilo de dominação’, como destacado por Gonçalves (2017, p.265-266), demonstra que a “[...] solidariedade de classe se expressa na defesa pura e simples do *status quo* (defesa da propriedade privada e da iniciativa privada), sem referências a valores como democratização (a não ser no nível meramente formal) ou o nacionalismo [...]”. Assim, a luta em prol do conservadorismo de classe se mostra cada vez mais robusta, principalmente, pelo fato de que:

Essa ordem social pode tornar-se mais flexível, se o capitalismo se transforma e revoluciona os padrões de vida das “classes baixas” e as aspirações sociais das classes “médias”. [...] No entanto, semelhante flexibilidade é impossível, onde a estabilidade da ordem social competitiva depende de mecanismos que fomentam e intensificam a superconcentração da renda, do prestígio social e do poder, redefinindo os privilégios e as iniquidades sociais, em vez de atenuá-los e diluí-los (Fernandes, 1975, p.66).

A dimensão autocrática, em perspectiva histórica, se define por esta capacidade de defender e assegurar direitos, como também, de restringi-los as demais classes que, neste sentido, experimentam de forma marginal o desenvolvimento – que de forma ampla pode ser definido como nacional – da modernidade capitalista. Como salienta o próprio Florestan (1975), a desigualdade

encontra-se na própria racionalidade capitalista, contudo, seu aprofundamento como projeto social é uma particularidade estratégica das classes dirigentes conservadoras.

O aparato político mantém assim uma discursividade institucional democrática que, no fundo, dissimula as condições de participação na sociedade civil e de acesso aos postos deliberativos e de poder onde, segundo Macedo e Cerqueira (2011, p.4), através de um “[...] comportamento político determinando [...]” operacionaliza os “[...] condicionantes conservadores internos e externos [...]”. Considerando esses fatores, Florestan salienta que o egoísmo de classe se espraia para outras esferas sociais, tornando rígidas suas estruturas e, o mais importante, sua capacidade de inclusão.

Nesta via, o medo “sociopático” a mudança (Fernandes, 2008c), o projeto de dominação de classe com restrições para inclusão e sem qualquer impeditivo para o autoritarismo (Fernandes, 1975), assim como todo um comportamento burguês que, em parte, nega a própria racionalidade burguesa em prol do privilegiamento de classe (Fernandes, 2005), em conjunto, operacionalizam o conceito de autocracia na sociologia de Florestan.

Desta forma, as estruturas supracitadas conformam a permanência de uma “contrarrevolução prolongada” que, apesar de proporcionar certa “aceleração da história”, na busca de seus interesses, contém ou sufoca “[...] as impulsões societárias tão conhecidas ao igualitarismo, ao reformismo e ao nacionalismo exaltado de tipo burguês, expurgando-as, por meios pacíficos ou violentos, da ordem social competitiva” (Fernandes, 2005, p.360). Neste quadro, afirma Shiota (2018, p.231-233), “o desenvolvimento é a luta para civilizar o capitalismo”, estancar a devastação da natureza, valorizar “[...] o fator humano e as novas gerações de seus beneficiários”.

## **DEMOCRACIA COMO RITUAL OU O SEGUNDO MOVIMENTO PENDULAR**

Considerando o histórico egoístico de classe, caracterizado pelo “[...] horizonte cultural inerente à maneira conservadora de raciocínio e de ação, profundamente enraizada nos países da América latina, nas classes privilegiadas [...]”, Florestan salienta a existência de uma ideologia intrínseca a “[...] modernização politicamente controlada pelos setores dominantes das classes alta e média [...]”. Essa é, na verdade, a propagação de uma gramática política que busca sustentação para as fissuras sócio-políticas, onde “seus elementos de falsa consciência são, por sua vez, típicos da concepção burguesa conservadora do mundo sob o capitalismo dependente” (Fernandes, 2011, p.156).

Por considerar esses fatores, Florestan não concebe a democracia como um ponto de chegada, mas sim, como um valor que, apesar de necessário, é indiscutivelmente insuficiente. A democracia é

burguesa, estruturada pelo regime burguês de classes sociais e, apesar de variações históricas, mantém a desigualdade como questão central (Fernandes, 1994; 2011). Por isso, interpreta as estruturas e os sujeitos políticos privilegiados da democracia burguesa como violentos e exclusivistas, embora considere que em países de capitalismo desenvolvido “[...] os méritos finais precisam ser ponderadamente divididos, entre várias classes e segmentos de classes [...]” (Fernandes, 1995, p.125).

Nestes países, as classes dirigentes “[...] não empregaram o mascaramento ideológico para congelar a história” e, com isso, o campo político contemplou maiores níveis de exigências dos estratos inferiores. Nesta via, não podemos “[...] afirmar a mesma coisa com referência a outras situações históricas, nas quais as burguesias tiveram de arcar com idênticos papéis econômicos, sociais e políticos, mas a partir de um horizonte cultural diferente [...]”. Esta diferença, segue Florestan, se caracteriza pela existência “[...] de um ponto de partida mais ou menos medíocre” (Fernandes, 1995, p.125). Nele:

[...] a irradiação do capitalismo revelou a outra face: em escala internacional, nem todos os comensais podem ser iguais. Para que uns floresçam, outros crescem atrofiadamente. As burguesias dos países capitalistas atrofiados (ou subdesenvolvidos) defrontam-se com os riscos da revolução nacional em verdadeiro estado de pânico, como se ela fosse uma catástrofe social. Como não podiam impedi-la (isso é impossível sob o capitalismo), movimentaram-se dentro da obscura selva da razão do “mundo moderno”, convertendo a dominação burguesa em si mesma numa força social totalitária e o estado nacional em instrumento político institucionalizado dessa força (Fernandes, 1995, p.126).

Nestas configurações sociais – leia-se, dependentes –, o campo político caminhou para uma “[...] maior centralização do poder [...]” e com “[...] maior eficácia e mesmo modernização intensiva no uso do poder de Estado [...]”, não produziu padrões efetivamente nacionais de integração de classe. Antes, objetivou-se a manutenção da “[...] desigualdade econômica, social e política [...]” como forma das classes dirigentes fortalecerem o seu “[...] poder social totalitário da maneira mais cega e exclusivista [...]”. Para superação dessa cultura política materializada histórica e politicamente como um “conglomerado autocrático” (Fernandes, 1995, p.127), enfatiza que:

[...] é essencial liberar a mente dos entraves de um totalitarismo de classe que proíbe qualquer proposição igualitária do que deve ser a *revolução democrática*, quando não se luta pelo capitalismo, mas contra ele, pelo imperialismo mas contra ele. É por aqui que se coloca a chamada *questão da democracia*. Mesmo em países em que a cultura cívica, participação e mobilização se conjugam à representação, ao consenso e ao parlamentarismo, a revolução democrática é esterilizada por uma liberdade esvaziada e poluída pela desigualdade social. O quadro na periferia do mundo capitalismo é muito pior [...]. É preciso começar por um novo patamar político, claro e imperioso (Fernandes, 1994, p.118).

Criticando a migração de militantes socialistas para a social-democracia, questionou a capacidade inclusiva das instituições e do próprio jogo democrático no capitalismo dependente (Fernandes, 2011), principalmente, por conta de suas limitações – acentuadas pela própria natureza de sua formação. Para Florestan a ideia da democracia como ponto de chegada integra o escopo ideológico do conservadorismo de classe, por isso:

Os verdadeiros anarquistas, socialistas e comunistas não podem endossar a confusão entre a social-democracia moderna – submetida à iniciativa privada, aos interesses capitalistas e ao “Estado de direito” capitalista – e o socialismo, que serviu de vertente às correntes radicais dos operários e assalariados do fim do século XIX aos nossos dias. Oferecem-nos uma democracia. Mas não precisamos rezar diante dela as preces farisaicas dos que entenderam que ela seria a única saída entre o “socialismo real e totalitário” e a “liberdade” (Fernandes, 1991, p.10-11).

A democracia deve ser encarada, no máximo, como um “fim” e simultaneamente um “meio” (Toledo, 1998, p.65), onde no primeiro objetiva-se o estabelecimento de uma sociedade igualitária e, portanto, sem classes e, no segundo, “liberdade” para organização e ação para a referida finalidade. Afinal, afirma Florestan, “onde existe uma burguesia disposta a deixar que a democracia constitucional e representativa seja utilizada para a ascensão das classes trabalhadoras ao poder e para a realização da revolução socialista? (Fernandes, p.2011, p.248).

Um dos principais fatores que corroboram a crítica de Florestan se encontra no fato da “ideologia conservadora” servir como uma espécie de pêndulo, ou seja, os processos políticos autoritário-ditatoriais experimentados pela sociedade brasileira foram resolvidos de maneira “transada” e, no que tange a democracia, foi sempre recepcionada nos períodos posteriores de aventura totalitária como uma forma de “alívio” civilizatório. Portanto, torna cômoda a vida política dos estratos conservadores, uma vez que, após apoiarem/integrarem governos autoritários/totalitários, são recepcionados pela “democracia”, festejada por termos a “[...] tendência de simplificar a resposta [...]” (Fernandes, 1982, p.67). Então, ao questionarmos: que tipo de regime? Simplesmente respondemos: democracia.

Essa é a “democracia forte”, definida pelo seu conteúdo de “revolução” que se converteu em “contrarrevolução prolongada”, uma vez que engendrou “[...] em si mesma uma ideia salvadora, redentora [...]” e que pelo seu poder de se “[...] reciclar, não é necessário que ela desapareça”. Esse “paliativo” “[...] assumiu a ideia de salvaguardar o Estado”, contudo, isso implica no paradoxo de salvaguardá-lo de si, uma vez que é a “[...] burguesia que precisa se impor à nação e, por isso, precisa

de um sobredireiro, de um sobrepoder, de um excedente de poder político [...]” (Fernandes, 1980, p.30-31).

Para Florestan, isso configura uma “ditadura aberta de classes”, uma vez que a continuidade de sua “reciclagem” o faz concluir que “[...] temos uma autocracia burguesa, não temos uma democracia burguesa”. Isso por considerar a dinâmica política interna-externa que democratiza para “fora” e, além disso, “[...] visa impedir a luta pelo socialismo [...]. Quer dizer que a essas transformações está ligada a negação da alternativa socialista” (Fernandes, 1980, p.31). Diante disso, a classe trabalhadora exige:

“[...] um novo acoplamento da sociedade civil à sociedade política, o que quer dizer que estão exigindo uma nova sociedade política. Não é nenhum setor avançado da burguesia, nenhum estrato burguês radical que está exigindo isso. É o setor operário que está exigindo – e não em seu nome, em nome de toda a nação (Fernandes, 1980, p.43).

Portanto, “[...] se não quisermos ser vítimas duas vezes dessas forças, a primeira, na hora do golpe, agora, no momento da *reciclagem* [...]”, temos que iniciar uma indignação, que leva a uma confrontação [...]” (Fernandes, 1994, p.108). Esta postura é manifesta por Florestan através da subida de tom em termos analíticos socialistas, operando com categorias que acentuam a existência de um “tempo político” dissociado da “revolução nacional” e que, como consequência, engendra a:

[...] súbita expulsão de grupos radicais, do movimento sindical e das vanguardas políticas das classes trabalhadoras para fora da *sociedade política*, o que deteriorou ou esmagou os fracos dinamismos políticos que ligavam entre si a Nação e o Estado, como bem impediu a formação de dinamismos políticos novos, que parecem em desprendimento da gradual consolidação da democracia de participação ampliada. Em ambos os níveis temos uma maior polarização conflitiva (mesmo que apenas *potencial*, por enquanto) de interesses divergentes ou antagônicos de classes distintas (Fernandes, 1994, p.108-109).

A “lentidão” do tempo político, neste sentido, não é evocada pelo fato de ser considerada uma dimensão retrógrada, atrasada, presa ao passado ou, em termos conceituais, compreendida a partir da chave patrimonialista, mas sim, pelo fato de que os interesses das classes privilegiadas são hegemônicos e tornam o campo político pouco dinâmico em termos de pluralidade, universalidade e inclusão (Fernandes, 1994; 2010; 2011). Com isso, o olhar analítico de Florestan evidencia na experiência socialista uma efetividade histórica que, apesar de não eliminar a pobreza (Fernandes, 1979b), refaz o caminho da condição humana para tornar parâmetro o conceito de “dignidade”. Esta,

não mais percebida sob a chave da mentalidade binária conservadora – pobreza X riqueza<sup>6</sup> –, mas sim, como equivalente de uma perspectiva de “condição humana” (Fernandes, 2007b).

Florestan radicaliza suas análises por entender que “os pacotes políticos de exportação insistem muito na América de Tocqueville e na democracia dos valores puros”, no entanto, diante das relações estabelecidas, “[...] as fórmulas políticas da democracia liberal só podem ser mantidas no plano utópico abstrato”. Os valores constitutivos da democracia, diante dos “interesses do capital” e de suas “elites no poder”, “[...] desgastaram o regime democrático a partir de dentro, corrompendo-o por todos os meios possíveis de cooptação dissimulada ou de corrupção aberta” (Fernandes, 2011, p.221-222). Nestes termos, questionam-se os motivos de se esperar algo diferente na periferia do capital, tornando, por isso, irrisória qualquer tipo de expectativa positiva do regime democrático.

Diante de um processo histórico onde “[...] a Guerra Fria converteu o após Segunda Grande Guerra numa terrível contrarrevolução prolongada de alcance mundial” e que, este quadro político favoreceu os discursos ideológicos das classes conservadoras em relação ao “inimigo interno”, Florestan salientou que “as burguesias da periferia não se aliam mais para favorecer o povo, as classes trabalhadoras ou algum ideal abstrato de democracia”. Com isso – levando em conta a naturalização das desigualdades sociais –, afirma que “quando elas se aliam, isso significa que elas podem manipular o antagonismo de classes e submeter a desgaste ou à pulverização as pressões radicais de baixo para cima”. (Fernandes, 2011, p.250). Isso justifica a exigência do:

[...] fim da democracia restrita, a democracia dos privilegiados, a democracia dos esclarecidos e dos iluminados, dos ultrapoderosos que se constituiu ao longo do Império e graças ao escravismo. A democracia restrita que é a democracia da África do Sul ou da Rodésia. E que nós vivemos de forma dissimulada e mistificada. Essa democracia é que a referida pressão radical [dos de baixo] exige que acabe de uma vez [...]. Não a democracia dos estratos radicais da classe média ou das classes dominantes, que podem traficar com o poder burguês consolidado. É a democracia para uma massa maior de cidadãos, ainda que esses cidadãos não sejam *todos os cidadãos* (Fernandes, 1980, p.44).

Florestan entende que “[...] a burguesia débil, que recusa, que vacila, que não quer ter uma democracia de participação ampliada, que enterra essa democracia em 45-46, em 64 (para não se falar na década de 20, em 30 ou em 37), abre-se apesar de sua cegueira política?” (Fernandes, 1980, p.45). Certamente que não. Pelo quadro de “democracia transada” não se pode esperar a ampliação do âmbito político, pelo simples fato desta possibilidade significar perda de poder e de controle.

<sup>6</sup> A naturalização da desigualdade defendida pelo pensamento político conservador atua de forma binária, ou seja, concebe eleitos e excluídos, não deixando margem para ajustes em termos políticos inclusivos e/ou de intervenção social (Kirk, 2021a; Tocqueville, 1998; Burke, 2012).

Acreditando que esse histórico de tensões conduziria a “pressão radical de baixo para cima”, Florestan interpretou que o contexto de “transição” associado aos movimentos sindicais e trabalhistas – fim da década de 1970 e durante a década de 1980 – seria o início de uma “nova história”, marcada “[...] pelas forças que lutam por uma democracia popular de natureza proletária e socialista”. Assim, chegou a desconsiderar a necessidade de definição de prioridade entre os “partidos socialistas” e o “movimento socialista”, uma vez que este último “[...] como movimento espontâneo das massas às vezes corre na frente do movimento político organizado” (Fernandes, 1980, p.50-51).

Contudo, o conservadorismo de classe é muito dependente da estrutura político-partidária, por ser através dela que realiza sua ocupação do aparelho do Estado e o instrumentaliza para suas agendas de classe. Neste sentido, considerando que as associações conservadoras “[...] são fracas e se fortalecem através de alianças (com o imperialismo ou com o POVO)” (Fernandes, 2011, p.250), Florestan percebeu que, além de atuar com uma democracia “para fora”, elas também atuam internamente, principalmente, através da disseminação ideológica direcionada para o “POVO” como construção de sua base de legitimidade. E como isso aconteceu?

Florestan atentou para uma questão importante quando pensamos a dimensão política do conservadorismo, ou seja, ele é capaz de implodir agendas progressistas ou socialistas e, além disso, cooptar estratos do “POVO” para balizar o *status quo* político. Por isso, apontou para a necessidade de que “[...] todos devem contar com legalidade e com espaço político suficiente pelo menos para desenvolver atividades de educação ideológica, mobilização política e criação de um pensamento socialista próprio [adequado às condições latino-americanas]” (Fernandes, 2011, p.256).

Neste sentido, “sendo a nossa sociedade capitalista e de classes, como ideologia, ela cumpre uma função essencial: ela oculta o real e, ao mesmo tempo, não impede que a ordenação legal consagre a propriedade privada e a livre iniciativa como os fundamentos da ordem”. Assim, como “nenhuma sociedade capitalista escapa do dilema de postular normas ideais inconciliáveis com a realidade” (Fernandes, 2006b, p.56), a defesa da não ideologia passou a imperar como forma de negar as desigualdades produzidas pelo próprio capitalismo.

Como consequência das inconsistências do projeto político-ideológico liberal, assistimos ao desenvolvimento de uma das armas mais nocivas do conservadorismo político, ou seja, a defesa do fim das ideologias (Zizek, 1996). Ao negar a crítica do social, as alternativas políticas, a crítica aos sujeitos históricos e seus papéis, entre outras questões, caminhamos para “[...] chamada conciliação conservadora, que foi entendida como ‘transição democrática’” (Fernandes, 2006bp.38). Neste sentido, a operacionalidade da democracia como ponto de chegada foi definida, tanto em termos de

ação e efetividade histórica, quanto em termos ideológicos. No primeiro, através de seus “tipos humanos”<sup>7</sup>:

As perspectivas do país, de uma ótica conservadora, são confessadas aberta e até toalmente pelas forças sociais do tope. Os grandes empresários, em todos os setores, com suas entidades corporativas velhas e recentes, as cabeças militares preeminentes, os tecnocratas que subiram de posto e são ministros ou pertencem ao segundo escalão, os parlamentares conservadores, os religiosos mais ou menos obscurantistas etc., todos arrolam sem temor [...]” (Fernandes, 2006b, p.40).

No segundo, o aspecto ideológico se manifestou através da democracia como ponto de chegada, como ápice do desenvolvimento sócio-político e de uma ideia distorcida de liberdade e de participação através de sua proposta de sociedade civil. Segundo Guimarães (2008, p.12-13), Florestan já havia pensado a dimensão ideológica em outros trabalhos e contextos – como no estudo sobre o negro –, onde afirma que a “democracia racial” no Brasil havia se tornado um mito. “Mito não no sentido de falsidade, como alguns pensam, mas no sentido de uma ideologia dominante, de uma percepção de classe que pensa o seu ideal de conduta como verdade efetiva”.

No período chamado de redemocratização – após 1988 –, o aspecto ideológico se deu através do pacote democrático tipo “exportação” que, alinhado aos ideais neoliberais e do egoísmo de classe manifesto pela intensa atuação dos setores conservadores no cenário político, tratou de retomar a luta contra o seu “inimigo interno” preferido, ou seja, as classes trabalhadoras (Antunes, 2006; BOITO JR, 1999). Assim, se 1980 foi a “década perdida” para a economia, 1990, foi a década perdida para os trabalhadores, que precisaram lutar muito em uma hegemonia de “democracia”, “liberdade” e “riqueza”<sup>8</sup>.

Segundo Florestan (2006b, p.48), “[...] a democracia tinha um preço político claro para os estratos dominantes das classes possuidoras e de suas elites econômicas, culturais, militares e políticas. Esse preço exprimia-se em reformas capitalistas [...]” que, neste caso, seriam as reformas “[...] agrária, a reforma urbana, a reforma educacional, o combate à miséria, às desigualdades extremas, à fome, à exclusão [...]”. Isso, sim, seria uma “revolução dentro da ordem” e, como tal, seria compatível com o “[...] peso e voz dos trabalhadores e oprimidos na sociedade civil [...]” e, em síntese, o aparecimento de um “Estado capitalista democrático”. Assim, para os estratos políticos

<sup>7</sup> Para usar um termo que Florestan empregou para os sujeitos históricos responsáveis pelo processo que desencadeou a revolução burguesa no Brasil. Ver Fernandes (2005).

<sup>8</sup> Florestan emprega aspas quando quer desqualificar o conteúdo semântico de uma palavra. Nestas, sigo o exemplo dele com o mesmo intuito.

conservadores – já, no período constituinte, nomeados por Florestan de “Centrão” –, a leitura de uma democracia efetiva foi realizada de acordo com sua gramática. Nela:

A função oculta ou latente da cruzada consiste em resguardar a ordem, pois ao povo, se se concedem os dedos, ele toma as mãos... A democracia é um manjar muito delicado. Não seria de bom alvitre incluí-la no cardápio dos trabalhadores e dos oprimidos. Atrás de um “avanço democrático” esconde-se uma “desobediência civil turbulenta”, e atrás desta vem o “desastre final”, a hecatombe da ordem e o império da anarquia, em suma, uma revolução social proletária e socialista” (Fernandes, 2006b, p.49).

Neste sentido, Florestan expressou o conteúdo reacionário conservador que, a todo custo, busca alijar os excluídos de qualquer desejo que não seja compatível com seu lugar “naturalmente” construído na estrutura social, como postulado por sua agenda político-institucional (Tocqueville, 1998; Burke, 2012). Além disso, demonstrou as estratégias para a manutenção do “circuito fechado”, por meio de uma perspectiva sócio-histórica que se concentra em evidenciar a histórica estrutura de exclusão, como também, os sujeitos responsáveis por ela.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Demonstramos através deste trabalho a contribuição de Florestan Fernandes a respeito do processo da revolução burguesa no Brasil – como também, em sociedades de capitalismo dependente –, demonstrando suas limitações em termos estruturais e do comportamento de classe, com destaque para as classes dirigentes e sua tendência conservadora. Esta, como exposto, não usa “rebuço” quando se trata de resguardar os interesses egoísticos de classe, utilizando de todos os recursos disponíveis – mesmo os autoritários e/ou totalitários – para o “fechamento do circuito” social e de exercício efetivo da cidadania.

A autocracia se mostra então como uma forma permanente de organização sociopolítica que, entre outros fatores, cuida de resguardar a continuidade das estruturas desiguais como requisito para a cidadania das classes dirigentes e privilegiadas. Para os demais estratos, principalmente as classes trabalhadoras, resta-lhes a condição de subcidadania e, quando organizadas pelo alargamento do horizonte de direitos sociais, a conversão em “inimigo interno”. Dessa forma, justifica-se o discurso ideológico “nacionalista”, de “paz social” e de totalidade que, através da superexploração da força de trabalho, vêm concentrando riqueza, poder político, econômico e cultural.

Dessa forma, a ideia de democracia se faz por meio de uma “fachada” civilizatória que, segundo Florestan, não ganha o mundo da vida e usurpa um ideal de modernidade efetivado para

poucos. Com isso, discursos como o de apego a Constituição e o respeito a valores de cunho democráticos são, na verdade, formas veladas de reacomodar as forças conservadoras intransigentes que, na verdade, permanecem de prontidão diante do seu medo “sociopático à mudança”.

Assim, a ideia do pêndulo autocrático-democrático se mostra importante contributo para identificarmos a atual condição da democracia no Brasil – e nos países de capitalismo dependente – como, no mínimo, insuficiente. A democracia, defende Florestan, para ser defendida deve, primeiramente, inverter a pirâmide da sociedade civil e, desta forma, fazer com que o interesse da maioria atenda às suas necessidades, como também, assegure o mínimo de dignidade da condição humana. Neste sentido, longe de uma perspectiva economicista, entende a modernidade como a possibilidade de construção de uma “nova sociedade”, de um “homem novo” que, entre outros, tenha a vida, a solidariedade, a sustentabilidade e a efetividade histórica dos valores modernos, como inegociáveis e imprescindíveis.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2006.

BOITO JR, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã Editora, 1999.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução na França**. Rio de Janeiro: Top´books, 2012.

CHAGAS, Rodrigo Pereira. **Florestan Fernandes: a autocracia burguesa como estrutura histórica e a institucionalização da contra-revolução no Brasil**. Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. São Paulo, 2011. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/12653>. Acesso em: 29 de jun. de 2024.

COSTA, Diogo Valença de Azevedo. Florestan Fernandes e a América Latina. **Onteiaiken**, n.10, p.48-62, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revsocio/article/view/249325/37610>. Acesso em: 29 de jun. de 2024.

FERNANDES, Florestan. **A ditadura em questão**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

FERNANDES, Florestan. **A função social da guerra na sociedade Tupinambá**. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2006a.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Globo, 2008a. 2 volumes.

FERNANDES, Florestan. **A organização social dos Tupinambá**, São Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1949; 2ª.ed.. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1963.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, Florestan. **Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”**. São Paulo: HUCITEC, 1979a.

FERNANDES, Florestan. **Brasil: em compasso de espera – pequenos escritos políticos**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2011.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e as classes sociais na América Latina**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERNANDES, Florestan. **Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”**. São Paulo: Globo, 2010.

FERNANDES, Florestan. **Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979b.

FERNANDES, Florestan. **Democracia e desenvolvimento: a transformação da periferia e o capitalismo monopolista da era atual**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

FERNANDES, Florestan. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus Editora/Editora da Universidade de São Paulo, 1966.

FERNANDES, Florestan. **Em busca do socialismo**, São Paulo, Xamã, 1995.

FERNANDES, Florestan. **Movimento socialista e os partidos políticos**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**. São Paulo: Global, 2008b.

FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.

FERNANDES, Florestan. **O negro no Mundo dos Brancos**. São Paulo: Global, 2007a.

FERNANDES, Florestan. **O PT em movimento: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo, Cortez, 1991.

FERNANDES, Florestan. O que é Revolução. In: PRADO JÚNIOR, Caio; FERNANDES, Florestan. **Clássicos sobre a revolução brasileira**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

FERNANDES, Florestan. **Pensamento e ação: o PT e os rumos do socialismo**. São Paulo: Globo, 2006b.

FERNANDES, Florestan. **Que tipo de República?**. 2ª ed. São Paulo: Globo, 2007b.

FERNANDES, Florestan. Resposta às Intervenções: um ensaio de interpretação sociológica crítica. **Encontros com a Civilização Brasileira**, n.4, p.200-207, 1978.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. São Paulo: Global, 2008c.

GONÇALVES, Rodrigo Jurucê Mattos. O marxismo de Florestan Fernandes na obra “A Revolução Burguesa no Brasil” (1975). **Revista de Teoria da História**, v.17, n.1, p.262-291, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/48047/23431>. Acesso em: 29 de jun. de 2024.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Prefácio. In: FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”**. v. 1. 5.ed. São Paulo: Editora Globo, 2008.

IANNI, Octávio. **Pensamento Social no Brasil**. São Paulo: EDUSC/ANPOCS, 2004.

MACEDO, R. F.; CERQUEIRA, R. F. S.. Florestan Fernandes e a apreensão da contra-revolução brasileira. In: Colóquio Nacional Marx e o Marxismo 2011, 2011, Niterói. **Anais do Colóquio Nacional Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática**, 2011. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2015/08/Florestan-Fernandes-e-a-apreens%C3%A3o-da-contrarrevolu%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 29 de jun. de 2024.

MACIEL, D.. Florestan Fernandes e a questão do transformismo na transição democrática brasileira. In: IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2010, Londrina - PR. **Anais do IV simpósio Lutas Sociais na América Latina**. Londrina - PR: GEPAL, 2010. v. 1. p. 102-112. Disponível em: [https://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais\\_ivsimp/gt8/11\\_davidmaciel.pdf](https://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt8/11_davidmaciel.pdf). Acesso em: 29 de jun. de 2024.

MAESTRI, Mário. Florestan Fernandes: o olhar de um socialista revolucionário sobre a revolução burguesa no Brasil. **Ideias**, v.4, n.1/2, p.81-98, 1997. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/11/M-Maestri-FF.pdf>. Acesso em: 29 de jun. de 2024.

MANDARINO, Thiago Marques. Para pensar o Brasil no capitalismo contemporâneo: contribuições teóricas de Florestan Fernandes. **Crítica e Sociedade: revista de cultura política**, v.2, n.1, p.78-100, 2012. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/criticasociedade/article/view/14823/9777>. Acesso em: 29 de jun. de 2024.

REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil 1: de Varnhagen a FHC**. 9ª ed. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2007.

RICUPERO, Bernardo. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.

ROSA, Marcelo; Indivíduo e sociedade na transição para o capitalismo: o possível diálogo entre Norbert Elias e Florestan Fernandes. **Novos Estudos**, v.69, n.2, p.161-173, 2004. Disponível em: <https://novosestudos.com.br/produto/edicao-69/>. Acesso em: 29 de jun. de 2024.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. **Entre a Nação e a Barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SHIOTA, Ricardo Ramos. **Brasil: terra de contrarrevolução – revolução brasileira e classes dominantes no pensamento político e sociológico**. Curitiba: Appris, 2018.

SILVA, Felipe Maia Guimarães da. Questão agrária e modernização na periferia do capitalismo: uma incursão pelos estudos agrários de Lênin e de Max Weber. **Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio**, n.8, p.119-145, 2011. Disponível em: [http://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/media/artigo4\\_8.pdf](http://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/media/artigo4_8.pdf). Acesso em: 29 de jun. de 2024.

SILVA, Lucas Trindade da. Modelo Autocrático-Burguês: uma sociologia do desenvolvimento desigual e combinado. **Estudos de Sociologia**, v.2, n.26, p.231-263, 2020. Disponível em: <https://typeset.io/pdf/modelo-autocratico-burgues-uma-sociologia-do-desenvolvimento-3jc6bw0yhy.pdf>. Acesso em: 29 de jun. de 2024.

SILVA, Lucas Trindade da. Um Florestan para além da “tese da singularidade brasileira”. Terceiro Milênio: **Revista Crítica de Sociologia e Política**, vol.18, n.1, p.81-111, 2022. Disponível em: <https://revistaterceiromilenio.uenf.br/index.php/rtm/article/view/217/206>. Acesso em: 29 de jun. de 2024.

STOPPINO, M. Ditadura. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G.(Org.). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 1ª ed. 1998.

TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1998.

TOLEDO, Caio navarro de. Utopia e socialismo em Florestan Fernandes. In: ANTUNES, Ricardo C.; SACCHETTA, Vladimir (Orgs.). **Florestan ou o sentido das coisas**. São Paulo: Boitempo, 1998.

ZIZEK, Slavoj. Introdução: o espectro da ideologia. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.